



MPF  
FLS. \_\_\_\_\_  
2ª CCR

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**2ª Câmara de Coordenação e Revisão**

**VOTO Nº 260/2018**

**PROCEDIMENTO MPF Nº 1.15.001.000330/2017-63**

**ORIGEM: PRM – LIMOEIRO DO NORTE/CE**

**PROCURADOR OFICIANTE: FRANCISCO ALEXANDRE DE PAIVA FORTE**

**RELATOR: JOSÉ ADONIS CALLOU DE ARAÚJO SÁ**

**MATÉRIA:** Notícia de Fato instaurada a partir de expediente oriundo da Promotoria de Justiça da 63ª Zona Eleitoral da Comarca de Boa Viagem/CE, versando sobre indícios de suposto recebimento indevido de benefício do programa Bolsa Família por pessoa identificada como doadora para campanha eleitoral de candidato ao cargo de vereador. CP, art. 171, § 3º. Promoção de arquivamento fundada na atipicidade do fato, visto que uma doação no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) não seria indicativo de que a beneficiária tenha patrimônio e renda que a descredencie do programa assistencial. Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, inc. IV). Verificação, contudo, de que a manifestação do Procurador da República oficiante não analisa satisfatoriamente a eventual tipicidade da conduta noticiada. Há de se convir que a doação da quantia de R\$ 1.000,00 (mil reais) para campanha de candidato a vereador é manifestamente incompatível com os requisitos exigidos na legislação respectiva, pelo que se conclui que a doadora não atenderia os critérios para recebimento do benefício. Arquivamento prematuro. Designação de outro membro do MPF para prosseguir na persecução penal.

**PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL**

A 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, atenta ao que consta dos autos, delibera pelo **PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL**, face a existência de indícios de autoria e de materialidade do delito previsto no art. 171, § 3º, do CP.

Remetam-se os autos ao Procurador-Chefe da PR/CE para as devidas providências, cientificando-se o Procurador da República oficiante, com as homenagens de estilo.

Brasília/DF, 1 de fevereiro de 2018.

**José Adonis Callou de Araújo Sá**  
Subprocurador-Geral da República  
Titular – 2ª CCR

/LC.